

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.224 - MG (2019/0084896-2)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : LUCAS DE PAULA SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DANIEL DA SILVA PEREIRA - MG154284N  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em favor de LUCAS DE PAULA SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.002561-9/000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, sendo a custódia convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, incisos I e II, e 288, ambos do Código Penal, e no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Irresignada com a prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 194):

*EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO DE MENORES - REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA - DECISÃO MAL FUNDAMENTADA - INOCORRENCIA - REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES NOS AUTOS. I- Em se tratando de graves delitos e existindo nos autos fortes indícios de autoria e comprovada a materialidade, a prisão preventiva, medida de exceção, se faz necessária, por garantia da ordem pública, para reprimir a prática de delitos constantes nos grandes centros urbanos.*

Argumenta a defesa, em síntese, haver carência de fundamentação na prisão preventiva do recorrente por ter o Magistrado de primeira instância decretado a medida cautelar extrema com base na gravidade abstrata do delito, distanciando-se das circunstâncias fáticas. Aduz, ainda, estarem ausentes, *in casu*, os requisitos autorizadores da prisão preventiva,

previstos no artigo 312 do CPP.

Sustenta que não existem provas acerca do envolvimento do recorrente nos crimes a ele imputados.

Requer, por fim, a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e pela expedição do respectivo alvará de soltura, com aplicação subsidiária de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. **Decido.**

Busca-se, no presente *writ*, a revogação da prisão preventiva do réu denunciado por roubo circunstanciado, associação criminosa e corrupção de menor.

O presente *mandamus* não merece ser conhecido, por instrução deficitária.

O rito do *habeas corpus*, em razão da necessária celeridade, pressupõe a apresentação de prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da ordem.

Diante disso, o impetrante deve demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do constrangimento ilegal imposto ao recorrente. Nesse sentido, confirmam-se os precedentes desta Corte:

*[...] 4. O rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal, ônus do qual não se desincumbiu a defesa. [...] (HC 355.769/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016, grifo nosso)*

*[...] 3. Não tendo sido juntado aos autos o decreto preventivo, fica inviável a comprovação da alegada ausência de fundamentos. 4. O rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de*

*constrangimento ilegal imposto. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 359.225/SP, minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016, grifo nosso).*

*AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma. (Súmula n.º 182 desta Corte). 2. Cabe ao impetrante o escorreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado. 3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso. 4. Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 23/4/2015).*

No particular, este recurso ordinário em *habeas corpus* não está instruído com a documentação necessária à compreensão da controvérsia e ao exame da plausibilidade do pedido.

Com efeito, não foram trazidos aos autos cópia do decreto de prisão preventiva do recorrente.

Ausente a prova pré-constituída do direito alegado, mesmo após a instrução dos autos, com a vinda das informações, o não conhecimento do *mandamus* é medida que se impõe.

Ante o exposto, **nego seguimento ao recurso.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator